



Jefferson Rudy/Agência Senado



A proposta de lei orçamentária aprovada após acordo entre os parlamentares destina R\$ 109 bilhões à saúde, R\$ 101 bilhões à educação, R\$ 65 bilhões ao PAC e R\$ 27 bilhões ao Programa Bolsa Família

## Aprovado pelo Congresso, Orçamento segue para sanção

Sessão conjunta do Senado e da Câmara concluiu na noite de ontem a votação do relatório do senador Romero Jucá à Lei Orçamentária de 2015

O Congresso aprovou ontem o Orçamento da União para 2015. O texto tem como uma das novidades as emendas apresentadas pelos parlamentares eleitos

em 2014, que se somam às dos senadores e deputados que já detinham mandato. Agora todas elas são de execução obrigatória pelo governo, conforme alteração na Constituição

promulgada ontem. O relator do Orçamento, senador Romero Jucá, também aumentou os gastos com saúde e com o Fundo Partidário, que receberá cerca de R\$ 850 milhões. **3**

**Dilma veta 7 trechos do novo Código de Processo Civil **2****

**Lei da Biodiversidade deve ter ajuste antes de votação **8****

**Restrição a criação de partido cai em Plenário**

Em mais uma votação sobre reforma política, senadores rejeitaram proposta que aumentava de 0,5% para 3,5% o percentual de apoio do eleitorado exigido para fundar um partido. **7**

**Ministro defende medidas econômicas**

Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos ontem, senadores questionaram o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, sobre o ajuste fiscal proposto pelo governo e que já está no Congresso para análise e aprovação. **5**

Nelson Barbosa rebateu críticas de senadores e explicou as motivações do governo para o ajuste fiscal



Marcos Oliveira/Agência Senado



Jonas Pereira/Agência Senado

Ministros Pepe Vargas e José Eduardo Cardozo conversam com Renan Calheiros

**Governo apresenta ao Senado propostas contra corrupção**

Os ministros Pepe Vargas (Relações Institucionais) e José Eduardo Cardozo (Justiça) levaram ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, projetos do governo para combater a

corrupção. Os textos serão oficialmente tornados públicos hoje pela presidente da República, Dilma Rousseff. Segundo Cardozo, o governo dialogará com a sociedade e o Congresso. **6**

**AGORA É LEI**  
Lei 13.002/2014



O teste da linguinha nos recém-nascidos agora é obrigatório nas maternidades de todo o país.

Com ele o médico vai determinar se a criança tem língua presa, o que pode prejudicar a fala e a amamentação.

O teste é mais uma conquista para uma saúde pública eficiente e um futuro mais seguro para as nossas crianças.

Saiba mais em:  
[www.senado.leg.br/agoraelei](http://www.senado.leg.br/agoraelei)



Senado Federal | Senado | Publicidade e Marketing

# Novo Código de Processo Civil recebe sete vetos

Entre os trechos derrubados por Dilma Rousseff, está o que permitia a conversão da ação individual em coletiva. Congresso Nacional agora terá que avaliar ou não as mudanças feitas pela presidente

O NOVO CÓDIGO de Processo Civil (CPC) recebeu da presidente Dilma Rousseff sete vetos. Entre os trechos vetados, está o que permitia converter uma ação individual em coletiva.

Os vetos foram conhecidos com a publicação do novo código no *Diário Oficial da União* de ontem. A Lei 13.105 entrará em vigor dentro de um ano.

Agora o Congresso terá de apreciar os vetos em até 30 dias. Se o prazo não for respeitado, a pauta do Congresso ficará trancada. A derrubada de um veto exige a maioria absoluta em cada uma das Casas (257 votos na Câmara e 41 no Senado).

A garantia de honorários de sucumbência para os advogados públicos, que causou polêmica na tramitação e poderia ser vetado, acabou mantido no texto final do CPC. Contra o dispositivo, argumentava-se que os advogados públicos estão submetidos a um regime jurídico específico, incompatível com essa forma de remuneração. Já a categoria e a Ordem dos Advogados do Brasil insistiam que todo advogado tem direito a honorários. Mesmo com a manutenção do dispositivo, o efetivo pagamento deve depender da edição de uma lei regulamentadora.

## Wellington destaca repasse de recursos para estados e municípios

Wellington Fagundes (PR-MT) chamou a atenção sobre o repasse de recursos aos estados e municípios ao comentar a reunião de ontem da Comissão de Assuntos Econômicos, em que foi ouvido o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa.



Moreira Moutz/Agência Senado

Wellington ressaltou que a União não tem cumprido o prometido e que os senadores cobraram uma posição sobre a transferência da parcela dos impostos que cabe aos estados.

O senador destacou os repasses aos estados previstos na Lei Kandir, que têm grande importância para Mato Grosso.

— A questão é o prazo. Estamos aí com a necessidade fiscal de elevação do primário e é muito importante recuperar esse resultado primário, mas esse é um compromisso já de longa data do governo, que está na nossa programação orçamentária — disse.

### Fora do texto

- Artigo 333 (veto integral), que possibilitava **conversão de uma ação individual em coletiva**. O Planalto argumenta que, da forma como foi escrito, o dispositivo poderia favorecer a conversão de "maneira pouco criteriosa".
- Artigo 1.055 (veto integral), que tratava do pagamento, por **devedor ou arrendatário**, dos tributos, multas e taxas sobre bens vinculados. Segundo o Planalto, isso poderia permitir interpretações equivocadas.
- Artigo 35 (veto integral), que impõe a **carta rogatória** como meio de cooperação entre órgãos jurisdicionais brasileiro e estrangeiro. Dilma informa que a carta poderia afetar a celeridade e a efetividade da cooperação.
- Artigo 515: veto parcial, para eliminar possibilidade de sentença do **Tribunal Marítimo** (órgão autônomo auxiliar do Judiciário), em julgamento de acidentes e fatos de navegação, se tornar título executivo judicial.
- Artigo 895: veto parcial a dispositivo que previa, na aquisição de **bens penhorados** por meio de prestações, aplicação de correção mensal pelo índice oficial. Para a presidente, a medida "potencializaria a memória inflacionária".
- Artigo 937: veto parcial impediu que a **sustentação oral** que advogado faça em julgamento seja admitida para todos os casos de agravo interno, recurso apresentado aos tribunais. Se adotada, regra causaria lentidão processual.
- Artigo 1.015, que detalha questões em que se permite o **agravo de instrumento** contra decisões que não se referem à solução do processo. O veto, parcial, excluiu menção à conversão da ação individual em coletiva.

## Senado lança primeira edição impressa da nova legislação

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lançou ontem a primeira edição impressa do novo Código de Processo Civil (CPC). Sancionado anteontem pela presidente Dilma Rousseff, o texto havia sido aprovado pelo Senado em dezembro.

Renan disse que a nova legislação facilita o acesso do cidadão à Justiça: a supressão de recursos, a elevação da multa por litigância de má-fé, a

simplificação de formalidades e a possibilidade do uso de instrumentos eletrônicos.

— Teremos procedimentos descomplicados e Justiça mais célere, com claros ganhos para o cidadão.

Renan destacou a agilidade da Gráfica do Senado. Apenas cinco horas depois da sanção, a gráfica já imprimia o código em forma de livro. Os interessados podem comprar o livro na Livraria do Senado, por R\$ 15.

## Paim afirma que país precisa avançar na educação e critica MPs

Paulo Paim (PT-RS) advertiu que o Brasil precisa avançar muito em educação para enfrentar problemas como o elevado número de analfabetos (13 milhões), o grande contingente de trabalhadores sem qualificação e os maus resultados dos estudantes brasileiros em testes internacionais.

Para ele, é preciso conscientizar os jovens de que o país precisa de cientistas e pesquisadores. Ele lamentou que o ensino universitário ainda apresente baixo desempenho, comparado a outros países.

— Fizemos muito na educação, mas temos a obrigação de fazer muito, muito mais.

O senador voltou a criticar as Medidas Provisórias 664 e 665, que alteraram as regras de pensão, seguro-desemprego e seguro-defeso, entre outras.

— Essas medidas trazem prejuízo para os trabalhadores, para os aposentados. E se esse Congresso aprová-las como elas estão no momento, vai ser um desastre generalizado — afirmou.

## Pagamento de seguro rural está atrasado no Paraná, diz Alvaro Dias

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ontem que a Federação da Agricultura do Paraná cobra do governo federal o pagamento do seguro rural deste ano, ao qual os produtores ainda não tiveram acesso.

O montante chega a R\$ 390 milhões, referente ao ano passado, segundo informou o senador, e os agricultores querem a liberação de R\$ 1 bilhão para o programa de subvenção do seguro rural para resolver o problema.

Desse total, eles pedem empenho imediato de R\$ 250 milhões para a contratação de seguro no primeiro semestre de 2015 e edição de medida provisória liberando R\$ 300 milhões para pagar atrasos de 2014. Eles querem também o empenho de R\$ 450 milhões para a safra de verão deste ano.

— O governo está dando calote nas seguradoras — disse.

## Embaixadoras estrangeiras no Brasil são recepcionadas no Senado

O Senado promoveu ontem uma recepção às embaixadoras estrangeiras em missão oficial em Brasília como parte da programação do Congresso Nacional em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. O evento também abriu a exposição *1 em 3: violência/empoderamento/saúde*, no Salão Branco. Estiveram presentes 14 das 21 embaixadoras em representação na capital brasileira.

A procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), considera relevante o início do trabalho diplomático com as embaixadoras. Ela lembrou que o Brasil ocupa a 124ª posição no mundo em relação à representação feminina na política. Por isso, defende mudanças na legislação que levem a modificações mais profundas nos costumes e na cultura do país.

— Somos 40% da mão de obra do país, as pesquisas

mostram que na média temos uma melhor formação educacional e, no entanto, os salários das mulheres são 30% inferiores — destacou.

Na abertura da exposição, organizada pelo Banco Mundial, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que considera vergonhosos os números de violência contra as mulheres no Brasil.

— Nas três últimas décadas, 92 mil mulheres foram assassinadas. São 4,6 homicídios por 100 mil, o que coloca nosso país na sétima posição em assassinatos de mulheres.

Renan destacou a criação da Procuradoria da Mulher no Senado e os esforços do Congresso para a aprovação da Lei Maria da Penha e da Lei do Femicídio. Também participaram do evento as senadoras Regina Sousa (PT-PI), Sandra Braga (PMDB-AM) e Maria do Carmo Alves (DEM-SE) e o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE).



Genardo Moutz/Agência Senado

Procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin fala às embaixadoras

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
14h Proposta sobre extinção do instituto do terreno de marinha é um dos projetos em pauta.
- PRESIDÊNCIA Exposição**  
11h Renan Calheiros participa da abertura da exposição *Memórias Femininas na Construção de Brasília*, organizada pela bancada feminina do Congresso Nacional. Às 16h, preside a ordem do dia.
- CCT/CRA/CMA Biodiversidade**  
8h As comissões fazem a segunda audiência para debater o PLC 2/2015, que institui o Marco Legal da Biodiversidade.
- CI Instalação e eleição**  
8h30 Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e do vice-presidente da comissão para o biênio 2015–2016.

- CAS Instalação e eleição**  
9h Instalação dos trabalhos e eleição da presidência e vice-presidência.
- CDR Ministro do Turismo**  
9h O ministro do Turismo, Vinicius Lages, debate as ações da pasta. Após, eleição do vice-presidente da comissão.
- CDH Eleição**  
11h Eleição do vice-presidente. Às 14h30, audiência sobre agenda legislativa proposta pelo Sindifisco.
- PAUTA FEMININA Exposição**  
11h Abertura da exposição *Memórias Femininas na Construção de Brasília*, realizada pela bancada feminina do Congresso.
- CCI Início dos trabalhos**  
15h Eleição dos dirigentes. José Maranhão é o indicado para presidir a CCI.

### SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 8h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **audiência pública conjunta da CCT, CRA e CMA**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Uma das novidades do texto, que segue à sanção presidencial, foi a incorporação de emendas de novos parlamentares. Mudança exigiu o remanejamento de R\$ 2,67 bilhões

# Congresso Nacional aprova Orçamento de 2015

DEPOIS DE AMPLO acordo entre os parlamentares, o Congresso concluiu, na noite de ontem, a votação do Orçamento da União de 2015, com a aprovação do relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR). O projeto da Lei Orçamentária Anual para 2015 (PLN 13/2014) segue agora para sanção presidencial.

Uma das novidades do relator em relação ao texto aprovado na Comissão Mista de Orçamento (CMO), no ano passado, é a inclusão de emendas individuais para os 265 novos deputados e senadores: R\$ 10 milhões por parlamentar — R\$ 5 milhões para a saúde e R\$ 5 milhões para outros investimentos. Pelas normas regimentais, esses parlamentares só teriam direito de apresentar emendas à proposta orçamentária de 2016.

As mudanças resultaram num remanejamento de R\$ 2,67 bilhões na proposta. Jucá garantiu que não haverá aumento de despesas, nem prejuízo para programas sociais. As emendas indivi-

duais apresentadas no ano passado continuam válidas. Os recursos das emendas parlamentares individuais são de execução obrigatória, conforme a Emenda Constitucional 86 (*leia texto abaixo*).

No total, 9.964 emendas foram apresentadas ao projeto orçamentário. O adendo apresentado por Jucá, além de atender os novos parlamentares, contém recursos para aumentar a receita nas áreas de saúde, sobretudo para despesas de alta complexidade; para o Fundo Partidário; e para algumas bancadas que ficaram aquém na distribuição das verbas orçamentárias em 2014.

Os recursos do Orçamento também foram aumentados nas áreas de agricultura, defesa animal e vegetal, educação, cultura e habitação. Jucá retirou recursos da Conta de Desenvolvimento Energético para aumentar o valor gasto com o Fundo Partidário e com saúde. O fundo receberá cerca de R\$ 850 milhões.

O relator também defendeu o orçamento impositivo para



Amplo acordo entre parlamentares viabilizou a decisão na noite de ontem

investimentos e políticas públicas, além do já aprovado para emendas parlamentares por meio da Emenda Constitucional 86. Ele disse que o projeto orçamentário votado ontem é uma “peça de ficção” porque depende da boa vontade do Tesouro para efetuar os gastos.

— Defendo um orçamento impositivo para não ficarmos à mercê de contingenciamentos.

Jucá disse que não pôde aceitar as emendas para garantir aumento de salário a defensores públicos porque eles não tiveram o aumento aprovado pelo Congresso.

Também explicou que não tem poderes para garantir recursos aos servidores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), além de outras categorias do Judiciário. — Foge à minha condição de relator construir aumento de pessoal, que é despesa permanente, sem lei autorizativa nesse sentido — afirmou.

No projeto da Lei Orçamentária de 2015, a projeção do Executivo para a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), é de 5% e o crescimento do produto interno bruto (PIB), estimado em 3%.

A meta de superávit primário para este ano é de 1,2% do PIB.

De acordo com o governo, o Orçamento destinará R\$ 109,2 bilhões para a saúde, 8,8% a mais em relação ao previsto para 2014. Além da saúde, o Executivo estabeleceu como prioridades a educação, com R\$ 101,3 bilhões, e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com R\$ 65 bilhões — aí incluídos R\$ 19,3 bilhões para o Programa Minha Casa, Minha Vida. Além dos seis eixos temáticos do PAC, a área de defesa também receberá recursos do programa: R\$ 5,4 bilhões.

Outros R\$ 33,1 bilhões serão reservados para programas sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, como o Bolsa Família (R\$ 27,1 bilhões). A despesa com pessoal em 2015 deverá ser de 4,1% do PIB.

A receita líquida prevista é de R\$ 1,235 trilhão (21,5% do PIB), enquanto as despesas devem somar R\$ 1,149 trilhão (20% do PIB).

(Com Agência Câmara)

## Governo terá de liberar verbas para emendas parlamentares

O Congresso promulgou ontem a Emenda Constitucional 86, cujo texto havia tramitado por 15 anos. A partir de agora, o Executivo fica obrigado a liberar até 1,2% da receita corrente líquida (RCL) do ano anterior para as emendas apresentadas por parlamentares. Desse total, 50% (0,6% do valor permitido) terão de ser aplicados na área de saúde.

A medida, conhecida como orçamento impositivo, dá mais independência para deputados federais e senadores porque

vai direcionar recursos para municípios e estados, respectivamente, sem depender da boa vontade do Executivo.

Mesmo antes da aprovação,

a emenda já vinha sendo praticada. Pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015, todas as emendas individuais até o limite de 1,2% da RCL

de 2014 serão atendidas pelo Executivo.

Para Eunício Oliveira (PMDB-CE), isso significa mais independência para o Parlamento, já que até agora, na prática, os governos usam a possibilidade de destinar recursos de emendas como forma de pressionar os parlamentares para conseguir aprovar os projetos de seu interesse. Ele é o autor da emenda que destinou 50% do montante para a saúde.

A EC 86 prevê uma ampliação progressiva dos recursos

federais para a saúde nos cinco anos seguintes ao da sua promulgação. No primeiro ano, a aplicação mínima será de 13,2% da RCL; no segundo, 13,7%; no terceiro, 14,1%; no quarto, 14,5%; e, do quinto ano em diante, 15%.

De acordo com Ronaldo Caiado (DEM-GO), o “teto” de 15% tira a chance de mais recursos serem direcionados para a saúde por meio de uma lei complementar, porque agora a Constituição dita o limite de gasto.



Renan Calheiros assina, ao lado de Romero Jucá, a promulgação da Emenda 86

## Nomes para comissão mista são indicados

Líderes partidários do Senado e da Câmara já concluíram as indicações dos novos integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para 2015. A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) será a presidente e o relator do Orçamento de 2016 será um deputado.

Os novos integrantes terão de analisar as peças orçamentárias para 2016. A previsão é de que a nova CMO seja instalada na próxima semana.

O colegiado é composto de 46 titulares (sendo 34 deputados e 12 senadores), com igual número de suplentes. A distribuição das vagas segue o critério da proporcionalidade, baseada no tamanho das bancadas. PT e PMDB têm maior número de integrantes. A regra está prevista na Resolução

1/2006 do Congresso Nacional, que disciplina o trabalho da comissão. A norma prevê ainda a instalação da CMO e a eleição da Mesa para 2015 até a última terça-feira do mês de março, quando termina o mandato dos membros que atuaram em 2014.

Atualmente, a comissão tem como presidente o deputado Devanir Ribeiro (PT-SP). Os vice-presidentes são o deputado Luiz Fernando Machado (PSDB-SP) e o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Responsável por analisar os projetos que definem os gastos do Executivo, a CMO também tem a tarefa de avaliar como esses recursos são aplicados e apontar eventuais irregularidades.

A comissão vota o Plano

Plurianual (PPA), com metas a serem atingidas nos quatro anos seguintes; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece os parâmetros do Orçamento; e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que organiza as receitas e despesas que o governo terá no ano seguinte. A LDO é a primeira a ser votada. O governo tem até 15 de abril para enviar a proposta ao Congresso.



Rose de Freitas presidirá a Comissão Mista de Orçamento em 2015

## Representação Brasileira no Parlasul terá nova composição

O Congresso aprovou ontem substitutivo de José Pimentel (PT-CE) ao projeto de resolução (PRN 2/2015) que garante novo mandato para a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul). Atualmente, o Parlasul é composto por 37 titulares, dos quais 27 são deputados e 10, senadores. O mandato dos representantes terminou no fim de 2014.

Com a aprovação, os líderes têm o prazo máximo de dez dias para indicar os parlamentares, contados a partir da publicação do projeto. As indicações serão feitas conforme o número de vagas disponíveis para cada partido. A partir da 56ª legislatura, que se inicia em 1º de fevereiro de 2019,

haverá a designação de novos representantes.

O Brasil ainda não regulamentou as eleições diretas para o Parlasul. Por isso, ao final de cada legislatura, o Congresso necessita aprovar uma nova resolução, dispondo sobre a composição e a organização da representação.

Para regulamentar as eleições diretas no Parlamento do Mercosul, o Senado analisa os PLSs 126/2011, de Lindbergh Farias (PT-RJ), e 358/2013, de Roberto Requião (PMDB-PR). Na Câmara, também tramita o PL 5.279/2009, do deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

A Representação Brasileira exerce o papel de órgão de ligação entre o Congresso e o Parlamento do Mercosul.

Medida provisória é considerada solução para problema, que se arrasta há 26 anos, da transposição de milhares de servidores públicos para os quadros do governo federal

## Ex-territórios defendem aprovação da MP 660

A COMISSÃO MISTA que analisa a MP 660/2014 realizou audiência pública ontem com representantes de governos estaduais e de sindicatos de servidores. O projeto trata da transposição para os quadros de pessoal da União dos servidores dos ex-territórios de Rondônia, Amapá e Roraima. Os participantes cobraram com firmeza a aprovação da MP pelo Congresso e criticaram a atuação do governo federal no tema.

Vice-governador do Amapá, o ex-senador Papaléo Paes afirmou que os estados não têm condição de continuar sustentando as despesas referentes aos servidores, que migraram para as folhas de pagamento estaduais.

— Aqui se discute a sobrevivência de três estados. Precisamos aprovar o que seja melhor para eles, porque não sobreviverão nessas condições por mais cinco ou dez anos. O governo não tem a mínima condição de rejeitar as reivindicações — frisou.

Já Daniel Pereira, vice-governador de Rondônia, chamou

a atenção para a situação de servidores do estado que não podem contar com os benefícios trabalhistas porque estão em situação indefinida. Ele também criticou o governo federal, que, para ele, não tem feito sua parte para solucionar o caso, no que chamou de “processo de enrolação”.

— Temos no mínimo 6 mil servidores que já deveriam estar usufruindo de suas aposentadorias mas não podem fazê-lo. Esperamos que a gente possa fazer justiça. O governo

federal todo dia inventa uma situação diferente para não dar efetividade aos direitos.

Roraima foi representado pelo secretário estadual de Gestão Estratégica da Administração, Frederico Linhares. Ele convidou os parlamentares dos três estados a se unirem pela MP e exortou o governo a “botar a mão na consciência”.

— Somos estados jovens, pobres e que precisam do apoio do governo. Não é apenas uma questão de justiça social. Há 26 anos vem sendo contada uma

mentira para essas pessoas [servidores] — declarou.

Linhares e Papaléo também argumentaram que a medida pode beneficiar a segurança nacional, uma vez que Rondônia, Amapá e Roraima são estados de fronteira e, tendo mais recursos disponíveis, poderiam reforçar o controle nos limites do país.

Os representantes dos servidores presentes à audiência pública reiteraram os pedidos das autoridades estaduais.

Em resposta às solicitações

e críticas, o secretário-executivo-adjunto do Ministério do Planejamento, Guilherme Estrada, disse que o andamento da transposição dos servidores tem sido prejudicado por “problemas de ordem operacional e questões jurídicas”.

A transposição dos servidores é tema de duas emendas constitucionais já promulgadas: a 60/2009 e a 79/2014, regulamentada pela MP 660. No entanto, servidores e autoridades dos estados argumentam que o Decreto 8.365/2014, em vigor, contraria disposições das emendas e trava o processo de transposição.

— Em momento algum o Executivo está se ocultando. Será executado o que está previsto na emenda e na sua regulamentação, mas é importante termos um texto sancionado dessa regulamentação. Fazemos revisão do decreto uma vez que a lei decorrente da MP seja sancionada, se houver incongruência. Quanto mais cedo tivermos a lei, mais cedo começaremos a operacionalizar — explicou Estrada.



Valdir Raupp (2º à esq.) e Randolfe Rodrigues (D) mediarão o debate entre representantes dos estados e do governo

Jefferson Rudy/Agência Senado

## Comissão faz debates sobre Down e autismo

Quatro requerimentos — dos quais, três de audiência pública — foram aprovados ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O quarto requerimento foi o apoio da comissão ao evento Educação, Cultura e Esporte: caminhos para a inclusão, de iniciativa do presidente da CE, Romário (PSB-RJ). O encontro será realizado em homenagem ao Dia Internacional da Síndrome de Down (21 de março), a partir das 14h de amanhã, no Auditório Petrônio Portella.

Quem defendeu esse requerimento foi Paulo Paim (PT-RS), coautor com Cristovam Buarque (PDT-DF), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Fátima Bezerra (PT-RN), vice-presidente da comissão.

— É preciso chamar a atenção para a luta dos portadores da síndrome, seus pais, amigos e parentes, bem como para a necessidade de inclusão na sociedade. Os portadores da síndrome são pessoas com personalidade única, que estabelecem boa comunicação, sendo capazes de realizar tarefas rotineiras, trabalhar, levar uma vida autônoma — destacou Paim.

O parlamentar também adiantou que o compromisso de Romário em relação a esse segmento da população deve credenciá-lo como relator do Estatuto da Pessoa com

Deficiência no Senado.

A CE também já definiu a realização de audiência pública sobre o tema “O autista e sua relação com a educação, a cultura e o esporte”, outra iniciativa de Romário com o apoio de Paim. O debate deve marcar o Dia Mundial do Autismo (2 de abril) e pretende conscientizar a sociedade no sentido de que haja mais atenção, diagnóstico, tratamento e respeito aos portadores do transtorno.

Segundo observou Paim, essa discussão deverá ser realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da qual é presidente.

### Educação

A situação salarial dos professores da educação básica pública será analisada dentro de um ciclo de debates promovido pela CE sobre

alternativas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), com vigência até 2020. O assunto foi trazido por requerimento de Telmário Mota (PDT-RR).

— Embora seja uma profissão nobre, o ofício de ser professor está perdendo seu encanto, entre outras razões, em função do piso salarial — comentou o senador.

Por fim, a CE aprovou requerimento de Paim para debater os programas federais de incentivo à educação (Fies, Pronatec e Ciência sem Fronteiras). Por sugestão de Simone Tebet (PMDB-MS), a discussão deverá ocorrer após a comissão ouvir o ministro da Educação, Cid Gomes, sobre as diretrizes e metas para a pasta. Deverão ser convidados para o debate sobre o assunto representantes da sociedade organizada.



Paulo Paim, ao lado de Ronaldo Caiado, sugere debate conjunto com a CDH

Peirão França/Agência Senado

## Adiada votação sobre serviço social para profissionais da saúde

Após entendimento entre os senadores, a CE adiou ontem, por tempo indeterminado, a votação do substitutivo de Paulo Paim (PT-RS) a dois projetos de lei do Senado (PLSs 168/2012 e 79/2013) que criam a exigência da prestação de serviço social obrigatório para médicos e outros profissionais de saúde recém-formados oriundos de universidades públicas ou privadas com financiamento público.

O pedido de retirada foi apresentado por Ronaldo Caiado (DEM-GO) e contou com o apoio de Paim e de Cristovam Buarque, autor do PLS 168/2012.

Em vez da obrigatoriedade, Caiado defendeu o acesso amplo e irrestrito dos recém-formados em medicina ao Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica (Provab). Iniciativa conjunta dos Ministérios da Saúde e Educação, este programa oferece a oportunidade aos profissionais de saúde de atuar, durante um ano, em diversas localidades do país carentes de assistência na atenção básica à saúde.

Semanalmente, o profissional tem de dedicar 32 horas a atividades práticas nas unidades de saúde e 8 horas a um curso de especialização promovido pela Universidade

Aberta do SUS (Sistema Único de Saúde).

— Doze mil jovens médicos ficaram sem vaga para o Provab e não têm para onde ir — revelou Caiado, criticando ainda o fato de egressos do programa serem beneficiados na disputa por uma vaga de residência.

Simone Tebet (PMDB-MS) sugeriu substituir a obrigatoriedade de participação no serviço social pela livre adesão de estudantes beneficiados pelo Fies.

Lasier Martins (PDT-RS) levantou a hipótese de esta exigência ser estendida a recém-formados de outras áreas, como advogados, engenheiros e arquitetos.

Telmário Mota ponderou que os profissionais de saúde, nessas circunstâncias, costumam ser deslocados para regiões que não oferecem o mínimo de conforto nem condições satisfatórias de trabalho.

Psicóloga de formação, Marta Suplicy (PT-SP) apresentou reservas à compulsoriedade da iniciativa para quem estudou em universidade pública e defendeu o debate da iniciativa não só por representantes dos conselhos profissionais envolvidos, mas também pelos estudantes de cada área (medicina, enfermagem, psicologia, odontologia, fisioterapia, nutrição e farmácia).

# Senadores questionam medidas econômicas

Audiência, que durou quase cinco horas, contou com sabatina de parlamentares ao ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, sobre política econômica do governo federal

O MINISTRO DO Planejamento, Nelson Barbosa, defendeu ontem as medidas fiscais e monetárias como o primeiro passo para a recuperação do crescimento e apresentou as expectativas de investimentos para os próximos anos. Barbosa abriu uma série de audiências na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ele ouviu questionamentos de senadores sobre a capacidade de investimento do governo. Presidida por Delcídio do Amaral (PT-MS), a audiência durou quase cinco horas.



Ministro Nelson Barbosa participa de audiência pública presidida por Delcídio do Amaral e acompanhada por Raimundo Lira

Após considerar a credibilidade fundamental para a retomada do crescimento, Tasso Jereissati (PSDB-CE) pediu que não se falasse mais em PAC 3 — a terceira edição do Programa de Aceleração do Crescimento —, porque, em sua avaliação, “ninguém mais acredita”. Segundo ele, o Ceará e o Maranhão “sofreram o engodo” de 12 anos com a promessa construção de uma “falsa refinaria de petróleo”.

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ponderou que, neste momento de restrições fiscais, seria melhor concluir o que resta do PAC e levantar uma nova bandeira: “um programa de sustentação do emprego”.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) observou que o processo de concessão dos portos está há dois anos sob análise do Tribunal de Contas da União (TCU). Ela sugeriu que o Senado convide o TCU a fazer uma exposição sobre a concessão.

O ministro disse que o governo está dialogando com o TCU

em várias frentes e considerou positivo qualquer apoio do Senado. Barbosa acrescentou que as concessões de rodovias estão andando e tendem a se tornar um processo contínuo.

## Custo financeiro

José Serra (PSDB-SP) apontou outro obstáculo à estratégia do governo de recorrer às concessões para estimular os investimentos: a elevação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) em 10%, que provocaria aumento de 7% no custo financeiro das empresas — a medida foi aprovada no ano passado.

— Sem financiamento, não tem concessão. Nem nos estados, porque mesmo as de São Paulo foram financiadas pelo BNDES e isso é correto.

Barbosa argumentou que a taxa estava em 5% e foi elevada para 5,5% e que, ainda assim, é uma taxa real de juros negativa. De acordo com ele, as simulações mostram que isso pode encarecer os projetos, mas

não inviabiliza as concessões.

— Se há concessão, tem de haver expectativa de crescimento. E, para isso, a gente tem de promover o reequilíbrio fiscal e reduzir o custo de carregamento da dívida pública. Uma das iniciativas é alinhar um pouco mais a TJLP a essa nova realidade financeira do Brasil — disse.

Vários senadores questionaram sobre possíveis equívocos na condução na economia — alguns lembraram sua condição de ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda na gestão de Guido Mantega.

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que houve “erro grave” em decisões como redução de tarifa elétrica, excesso de desonerações para induzir o consumo e descuido com a poupança. Waldemir Moka (PMDB-MS) citou os juros subsidiados de 2,5% ao ano para a compra de caminhões e Marta Suplicy (PT-SP) lamentou os cortes no Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

O ministro reconheceu problemas: a taxa de 2,5% ao ano gerou sobreoferta de caminhões e foi revista, enquanto

o Fies está sendo reavaliado, pois saiu de 80 mil contratos para quase 2 milhões.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse que os parlamentares estão sendo convocados a fazer um ajuste fiscal sem terem participado do desastre da nova matriz econômica que o ministro Mantega e sua equipe incorporaram “com resultados absolutamente desastrosos”. Alvaro Dias (PSDB-PR) perguntou se não teria sido uma irresponsabilidade do governo esconder a real situação econômica do país durante a campanha eleitoral.

Barbosa respondeu que a ação do governo no momento não é uma negação do que foi falado na campanha, assim como “também não foi uma negação o presidente Fernando Henrique mudar a política cambial depois de ter sido reeleito prometendo mantê-la”.

Reguffe (PDT-DF) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticaram os 39 ministérios que o governo mantém. O ministro explicou que a maior parte foi criada a partir de secretarias já existentes. De acordo com ele, apenas 6 mil funcionários não integram o quadro de efetivos.

## Renan e Levy conversam sobre desoneração menor da folha

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Eles conversaram sobre o projeto de lei que o Executivo enviará ao Congresso tratando da redução da desoneração da folha de pagamento de vários setores da economia.

O texto, ainda sem data para chegar, substituirá a Medida Provisória 669/2015, que foi devolvida por Renan no início do mês.

Segundo o Planalto, o projeto terá o mesmo teor da MP e virá com urgência constitucional.

A reunião, que durou cerca de 30 minutos, não estava na agenda de Renan. Segundo ele, o encontro foi uma solicitação do ministro.

Levy chegou ao Senado e saiu sem dar entrevistas. Questionado sobre o motivo do encontro, o ministro disse apenas que “a comunicação pressupõe contatos regulares”.

## Por falta de acordo, formação de comissões do ajuste fiscal é adiada

Por falta de acordo entre a liderança do governo no Congresso e os partidos da base aliada e da oposição, não foram instaladas ontem as comissões mistas que irão analisar as medidas provisórias do ajuste fiscal (MPs 664/2014, 665/2014 e 668/2015). Haverá nova tentativa nesta semana, provavelmente amanhã.

A dificuldade está na definição dos parlamentares que irão atuar como presidente e relator das MPs, principalmente das que contêm mudanças trabalhistas (MPs 664 e 665). A primeira altera regras da pensão por morte (inclusive dos servidores públicos) e do

auxílio-doença. A segunda MP modifica as regras do seguro-desemprego, do abono salarial e do seguro-defeso pago ao pescador artesanal.

Foi fechado um acordo apenas para os blocos que ocuparão os dois principais cargos das comissões. A presidência da comissão mista da MP 664 ficou com o bloco liderado pelo PMDB na Câmara dos Deputados (PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN). A relatoria ficará com o Bloco de Apoio ao Governo do Senado (PT-PDT-PP) do Senado.

No caso da MP 665, a presidência coube também ao Bloco de Apoio ao

Governo do Senado e a relatoria, ao bloco PT, PSD, PR, Pros e PCdoB na Câmara.

Também foram canceladas as instalações de outras comissões que analisarão medidas provisórias: MP 661/2014, que autoriza o uso do superávit financeiro para cobrir despesas primárias obrigatórias; MP 663/2014, que aumenta em R\$ 50 bilhões o limite de incentivos financeiros repassados pela União ao BNDES e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); e MP 670/2015, que faz reajuste progressivo na tabela do Imposto de Renda.

(Com Agência Câmara)

## Como ficou

Entenda os benefícios sociais afetados pela MP 665/2014

### SEGURO-DESEMPREGO

- É um auxílio financeiro temporário a quem fica desempregado.
- Pago a qualquer trabalhador formal e doméstico em casos de dispensa sem justa causa. Também recebe o trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo.
- O valor das parcelas considera a média dos salários dos últimos 3 meses anteriores à dispensa, que varia de R\$ 724 a R\$ 1.304,63.
- O dinheiro é retirado nas agências da Caixa Econômica Federal.

### ABONO SALARIAL

- Benefício equivalente a um salário mínimo pago conforme calendário anual elaborado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).
- Para ter direito, o interessado deve ser cadastrado no PIS há pelo menos cinco anos.

### SEGURO-DEFESO

- É uma espécie de seguro-desemprego específico dos pescadores artesanais.
- É pago aos pescadores no período em que eles não podem trabalhar em respeito época de reprodução das espécies.
- O pescador deve ter registro atualizado no Registro Geral de Pesca (RGP) e ter inscrição no INSS como segurado especial.
- Valor de um salário mínimo.
- O pescador recebe tantas parcelas quantos forem os meses de duração do defeso, conforme portaria do Ibama.

## Novas regras da pensão por morte

|   | ANTES DA MP 664/2014<br>Segurado do INSS Servidor público após 4/2/2013 |  | DEPOIS DA MP 664/2104   |
|---|---|--|---|
| <b>Carência (tempo de contribuição)</b>       | Não existe  | Não existe   | <b>2 anos</b> , no mínimo   |
| <b>Carência (tempo de casamento ou união)</b> | Não existe  | Não existe   | <b>2 anos</b> , no mínimo   |
| <b>Duração do benefício</b>                   | <b>Vitalício</b>  | <b>Vitalício</b>   | Varia conforme a idade do cônjuge ou companheiro:<br>• até 21 anos: <b>3 anos</b> • 22 a 27 anos: <b>6 anos</b> •<br>• 28 a 32 anos: <b>9 anos</b> • 33 a 38 anos: <b>12 anos</b> •<br>• 39 a 43 anos: <b>15 anos</b> • maior que 44 anos: <b>vitalícia</b> • |
| <b>Valor do benefício</b>                     | <b>100%</b> , até o teto do INSS  | <b>100%</b> , até o teto do INSS + <b>fundo complementar</b> | <b>50% + 10%</b> por dependente   |

# Ministros levam a Renan projetos anticorrupção

Propostas serão anunciadas hoje pela presidente Dilma Rousseff. Titular da Justiça diz que governo buscará mais diálogo tanto com a sociedade quanto com o Congresso

OS MINISTROS DA Justiça, José Eduardo Cardozo, e de Relações Institucionais, Pepe Vargas, adiantaram ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, as medidas de combate à corrupção que devem ser anunciadas hoje pela presidente Dilma Rousseff.

Cardozo não quis informar aos jornalistas o teor das propostas, mas disse que elas estão de acordo com os compromissos de Dilma durante a campanha presidencial.

Renan deixou claro que todas as propostas de combate à corrupção e ao desvio de dinheiro público serão estudadas. Lembrou que, logo após as manifestações de junho de 2013, o Senado votou projetos com o mesmo objetivo e fará isso de novo “com satisfação”:

— Vamos estudar todas as propostas que vierem na linha do combate à corrupção e desvio do dinheiro público. Eu acho importante que sejam



Cardozo diz que as propostas correspondem às promessas de campanha de Dilma

aprovadas. O importante é que nós estejamos permanentemente conversando para que esse calendário seja cada vez menor e possamos dar essa resposta à população.

## Calendário

O ministro da Justiça afirmou que o Congresso Nacional tem total autonomia para definir o ritmo de votações do pacote anticorrupção.

— O governo cumprirá o

seu papel encaminhando as propostas e dialogando com todos os setores para que novas propostas possam ser apresentadas e formuladas. Hoje [ontem] mesmo a Ordem dos Advogados do Brasil apresentou um conjunto delas. Boa parte foi incorporada às iniciativas do governo e outras serão remetidas a esse processo de amplo diálogo para construirmos uma política de combate efetivo, real e

cada vez maior à corrupção e à impunidade — explicou.

O ministro ressaltou a aproximação do Executivo com o Legislativo:

— A partir de amanhã [hoje], quando essas medidas forem lançadas, haverá uma perspectiva de diálogo e a continuidade disso. As medidas de corrupção não se encerram nelas. Devem abarcar outras propostas e iniciativas e, por isso, vamos conversar com todas as forças políticas, porque acredito que todos os brasileiros e brasileiras querem enfrentar o problema da corrupção com firmeza, coragem e determinação.

## Projeto econômico

Renan defendeu que o governo se aproxime das ruas. Para tanto, segundo ele, é preciso que o Executivo tenha um projeto econômico definido.

— O governo precisa ter muita humildade para se reencontrar com as ruas. Precisa

ter uma agenda econômica e um plano econômico que garantam o desenvolvimento e o crescimento econômico. O ajuste é importante, claro, mas ele é uma preliminar, uma pré-condição. É preciso que nós tenhamos, para após o ajuste, um plano de desenvolvimento econômico — disse Renan.

O presidente do Senado afirmou que, em paralelo à agenda econômica, o Congresso Nacional deve fazer a reforma política e atuar no combate à corrupção. Além disso, também considerou salutar um diálogo mais constante entre os Poderes Executivo e Legislativo.

— Não se deve recusar o diálogo. Eu já disse que conversar não arranca pedaço. A democracia é isso. Até para divergir é muito importante conversar. Conversar é muito bom para a democracia. A democracia caminha mais facilmente dessa forma.

## Malta defende cidadãos que protestaram

O senador Magno Malta (PR-ES) rebateu os que qualificam de golpistas as pessoas que foram às manifestações de domingo para criticar o governo, enquanto chamam de democratas as que foram às ruas na sexta-feira para defender a presidente Dilma. Ele disse que os dois grupos amam o Brasil da mesma forma.

— Retrocesso são as medidas provisórias que vieram para esta Casa — afirmou o senador em referência às propostas do governo para o ajuste fiscal, que incluem mudança nas regras de direitos trabalhistas.



Gerardo Magela/Agência Senado

## “Fora Dilma” fere a democracia, avalia Humberto

O senador Humberto Costa (PT-PE) reconheceu a insatisfação da sociedade com o governo de Dilma Rousseff, mas disse que as agressões à presidente envergonham a maioria dos brasileiros, mesmo aqueles que não votaram nela. Para o senador, quem defende a intervenção militar ou o “fora Dilma” agride a democracia.

— Se queremos discutir novas propostas para o país, não podemos dar as costas ao diálogo ou tentar impedir a participação dos que o desejam, querendo sufocar o debate no grito. Isso não é democrático.



Gerardo Magela/Agência Senado

## Rose: povo está impaciente com ações do governo

Rose de Freitas (PMDB-ES) afirmou que as manifestações de domingo revelaram a impaciência do povo com o governo. Para ela, as pessoas mostraram que não suportam mais aumento de impostos, inflação e diminuição de direitos, sem que o governo corte gastos.

A senadora ressaltou, entretanto, que também há uma grande insatisfação com o Congresso. — Qual o papel do Congresso numa hora como esta? Venho lembrar que cumprir a nossa responsabilidade, fazer o nosso trabalho, é poder olhar de frente o povo brasileiro — disse.



Mareina Moritz/Agência Senado

## Fim da corrupção exige reforma política, diz Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse estranhar que a reforma política não tenha sido defendida nas manifestações de domingo.

A senadora citou pesquisa que indica que, enquanto os protestos de sexta-feira, organizados por centrais sindicais, pediam a garantia de direitos trabalhistas e de reforma e defendiam a Petrobras, no domingo o foco foi corrupção, impeachment e repúdio ao PT e a políticos.

— Falar contra a corrupção é defender mudança nas estruturas do Estado brasileiro. Enquanto tiver empresas financiando campanhas, partidos, a gente vai continuar vivendo esses problemas — disse Vanessa.

## Para Lasier, país vive extraordinário “despertar cívico”

Lasier Martins (PDT-RS) disse ontem que os protestos contra a presidente Dilma Rousseff não representam movimento político-partidário, mas “um despertar cívico extraordinário” dos brasileiros, inconformados com as promessas de governo não cumpridas, o declínio da economia e o roubo na Petrobras.

O senador afirmou que Dilma deve se abrir ao diálogo e assumir erros. — A presidente, até prova em contrário, merece todo o respeito ao cargo, a sua história, a sua folha de serviços. Mas é imperioso que a presidente mude.



Mareina Moritz/Agência Senado

## Amorim afirma que sergipanos estão atentos ao país

Ao saudar os 160 anos da capital de Sergipe, Aracaju, comemorados ontem, Eduardo Amorim (PSB-SE) lembrou que a cidade foi a segunda capital planejada do país, com as ruas projetadas para desembocar no Rio Sergipe.

O senador disse que os sergipanos estão atentos ao que se passa no país e, por isso, foram às ruas no fim de semana.

— Temos muitos problemas para resolver. Contudo, Aracaju é a capital com menor desigualdade do Norte e Nordeste, tem os hábitos de vida mais saudáveis do país, exemplo nacional na construção de ciclovias.



Mareina Moritz/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretor de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Rodrigo Chia  
**Coordenação de Edição:** Sílvio Burtle  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana  
**Edição:** Marina Domingos e Ricardo Westin  
**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura  
**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão  
**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Senado rejeita regra que dificulta criação de partido

Proposta, que foi derrubada no Plenário com uma margem de apenas 2 votos, exigiria de uma nova agremiação política o apoio de 3,5% do eleitorado nacional. Regra atual prevê 0,5%

O PLENÁRIO DO Senado rejeitou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 58/2013, integrante do pacote de reforma política, que aumentava de 0,5% para 3,5% o percentual do eleitorado exigido como apoio para que um partido possa ser criado.

Foram 47 votos favoráveis, 8 contrários e 4 abstenções. Para ser aprovada, uma PEC precisa de no mínimo 49 votos a favor.

A PEC, de Valdir Raupp (PMDB-RO), também exigia que os apoiadores estivessem distribuídos por 18 estados, sendo ao menos um estado de cada região do país, com não menos de 0,3% de eleitores de cada um deles. Pelos critérios em vigor, o apoio hoje pode ser coletado em apenas cinco estados, por apenas 0,1% do eleitorado de cada um deles — o que, no entendimento



Senadores durante a sessão em que rejeitaram a PEC que exigia um número maior de votos para a criação de partidos

dos parlamentares, não dá aos partidos o caráter nacional que precisam ter.

Entre os senadores que votaram contra a proposta, a principal alegação é de que prejudicaria os partidos pequenos.

— Não se pode impedir que os partidos se registrem, porque eles não terão acesso às mesmas oportunidades que têm os grandes partidos, então nós teremos que limitar

é no funcionamento, e não no registro — argumentou o líder do PSB, João Capiberibe (AP).

Vários parlamentares, entre eles Omar Aziz (AM), líder do PSD, criticaram no Plenário a forma como está sendo feita a reforma política.

Os senadores que defenderam a proposta apontaram o que chamam de “anarquia” na criação de partidos no Brasil. Para eles, a atual legislação é permissiva demais, o que acaba por estimular a criação de “partidos de aluguel”.

No Brasil, existem 32 partidos — cinco deles criados nos últimos cinco anos (PSD, PPL, PEN, Pros, SD) —, “com mais 27 partidos na fila e outros tantos colhendo assinaturas para dar entrada”, como destaca Valdir Raupp.

— Não há nenhuma possi-

bilidade de termos o fortalecimento da democracia com a quantidade de partidos que temos. Aliás, é uma forma de desmoralizar a atividade partidária — afirmou Jorge Viana (PT-AC).



Walter Pinheiro (PT-BA) discorda da argumentação de que a proposta impediria o registro de alguns partidos.

— Essa PEC não é um criador de dificuldades, mas um conjunto de ações para qualificar o surgimento de uma instituição partidária.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que citou diversas propostas relacionadas à reforma política em tramitação no Congresso nos últimos 18 anos, lamentou que nenhuma delas tenha avançado e comentou o resultado da votação:

— É uma péssima notícia.

## Propostas da reforma política votadas até o momento

| PROJETO   | CONTEÚDO   | SITUAÇÃO  |
|---|--|---|
|  PLC 4/2015  | Estabelece o tempo mínimo de cinco anos de existência para que partidos políticos possam se fundir. O objetivo é evitar que sejam criadas legendas apenas para driblar a fidelidade partidária.  | <b>Aprovado</b> na Câmara e no Senado, aguarda sanção presidencial. |
|  PEC 58/2013 | Aumenta de 0,5% para 3,5% o percentual do eleitorado exigido como apoio para que um partido possa ser registrado no TSE. Também exige que os apoiadores estejam distribuídos por mais estados e num percentual maior do que o previsto hoje. O objetivo é dificultar a criação de legendas sem representação nacional. | <b>Rejeitada</b> no Senado, será arquivada.                         |

## Senadores pedem consenso para reforma política

Vários senadores ressaltaram ontem a importância da criação de um amplo acordo para a aprovação de propostas da reforma política. A discussão começou no Plenário, durante a análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 73/2011, que torna obrigatória a renúncia dos chefes do Poder Executivo candidatos à reeleição seis meses antes do pleito.

Lídice da Mata (PSB-BA) disse que a PEC 73 não deveria ser votada, porque outra proposta propõe o fim da reeleição. E no caso de aprovação desta, a exigência de renúncia seria desnecessária.

A senadora aproveitou para pedir consenso sobre as propostas da reforma política.

— Se ela vem fatiada, sem acordo com as lideranças sobre um conteúdo mínimo, termina prejudicada — disse.



Eunício Oliveira (E) e Aloisio Nunes (D) participam da ordem do dia, no Plenário

Waldemir Moka (PMDB-MS) disse ser um avanço a apresentação de propostas isoladas sobre reforma política, já que é muito difícil encontrar um consenso em relação a todos os assuntos. Ainda assim, o senador apoiou o pedido de Lídice.

— A reeleição, na minha opinião, é uma das coisas mais nefastas que aconteceram na vida democrática deste país — disse Moka.

Na opinião de Aloisio Nunes

Ferreira (PSDB-SP), antes da votação deveria haver um mínimo de entendimento para verificar o que é “denominador comum”. O senador registrou que já viu muitos esforços frustrados em discussões da reforma política.

— Minha sugestão é fazer um grupo de trabalho reunindo vários partidos e ver o que é aceitável para os partidos. Vamos abaixar um pouco a bola e ver o que é possível fazer — disse.

Para Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a demora na discussão da reforma política pode enfraquecer o interesse da população no assunto. Fátima Bezerra (PT-RN) disse que o sentimento da população é que seja feita uma reforma política profunda que acabe com a corrupção e com o financiamento privado.

Cristovam Buarque (PDT-DF) registrou que a maneira de encaminhamento da reforma política, com cada senador apresentando “pedacinhos”, passa uma sensação de “brincadeira e deboche”.

Jorge Viana (PT-AC), que presidia a sessão, assinalou que as matérias que estão sendo apresentadas foram decididas em uma reunião da Mesa. Segundo o senador, algumas das matérias foram acordadas dentro do Colégio de Líderes.

## Fim de coligação proporcional já pode ser votado

Deve ser concluída hoje a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê o fim das coligações nas eleições proporcionais — para vereadores, deputados estaduais e deputados federais.

A PEC 40/2011, do ex-senador José Sarney, foi aprovada em primeiro turno na última semana e seria votada em segundo turno ontem, mas

não houve concordância entre os líderes para a dispensa de uma das três sessões de discussão.

— Quando não há unanimidade, a gente cumpre as sessões de debate para votar na hora determinada — afirmou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A terceira sessão de discussão ocorreu ontem e a propos-

ta pode ser votada hoje. Para ser aprovado, o texto precisa dos votos de pelo menos três quintos dos senadores (49).

Na justificativa da PEC, Sarney argumenta que as coligações nas eleições proporcionais costumam ser passageiras, sem identificação ideológica ou programática, apenas para aumentar o tempo de exposição dos partidos

maiores nas propagandas eleitorais de rádio e TV. Ele destaca que a mudança pode fortalecer a transparência na representação política, já que o voto dado a um candidato não poderá eleger outro de uma legenda diferente.

O relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Valdir Raupp (PMDB-RO), é favorável à PEC.

## Financiamento de campanha entra em debate

O Senado iniciou ontem a discussão de projeto de lei que estabelece o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais (PLS 268/2011). Pelo texto, nos anos eleitorais o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) receberá dotações correspondentes a R\$ 7 por cada eleitor inscrito para financiar as campanhas.

Os recursos serão aplicados exclusivamente pelos partidos políticos e respectivos candidatos nas campanhas eleitorais. Do total, 5% serão destacados para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que tenham estatutos registrados no TSE. Os 95% restantes serão distribuídos aos partidos na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

Os senadores ressaltaram que o financiamento público exclusivo não vai diminuir as ilegalidades associadas ao financiamento privado, podendo estimular a prática de caixa dois nas campanhas.

A maioria dos parlamentares apontou como alternativa o modelo misto, com dotações vindas de recursos públicos e da contribuição de pessoas físicas, sem a participação do setor privado.

Marco legal do setor deve atualizar legislação e facilitar a pesquisa sobre fauna e flora e a repartição de benefícios com detentores de conhecimento tradicional, como índios

# Órgãos pedem ajuste na Lei da Biodiversidade

REPRESENTANTES DE SETE ministérios defenderam na manhã de ontem a aprovação do novo Marco Legal da Biodiversidade. As pastas que tratam de populações tradicionais e de agricultura familiar, no entanto, pedem aperfeiçoamentos em pontos específicos do texto.

O governo federal quer urgência na reformulação da lei atual, considerada um entrave à bioprospecção e à repartição de benefícios em favor dos detentores do conhecimento tradicional. O projeto do novo marco legal (PLC 2/2015) foi debatido em audiência conjunta das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O debate foi presidido por Otto Alencar (PSD-BA), presidente da CMA.

Francisco Gaetani, secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA), explicou que a norma em vigor (MP 2.186/2001) foi elaborada em reação a casos de biopirataria com grande repercussão no país à época. Em razão disso, tem normas rígidas para combater o acesso ilegal aos recursos, mas que resultaram na criminalização da bioprospecção, inviabilizando a repartição de benefícios com comunidades tradicionais.

Segundo Gaetani, o texto em exame — um substitutivo da Câmara a projeto apresentado pelo Executivo — não é o “projeto dos sonhos de ninguém”, mas sim fruto de entendimentos com setores interessados no tema e que poderá beneficiar o conjunto da sociedade.

— Precisamos transformar o patrimônio natural em riqueza nacional, em empregos, em benefícios para aqueles que detêm esse conhecimento, de modo a podermos explorar

essa riqueza de forma sustentável — frisou.

Na opinião de Helcio Botelho, diretor do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o excesso de rigor da lei atual se revela na demora para obter autorização para pesquisa com recurso genético — 550 dias, em média.

O representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Rafael Marques, concordou e contou que, em 15 anos de legislação, foram celebrados 110 contratos de repartição de benefícios, apenas um com comunidade indígena.

— Essa medida provisória existente hoje, além de prejudicar a academia, prejudicar a indústria, ela também prejudica as comunidades tradicionais e os povos indígenas — afirmou.

O representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, Paulo Sérgio Beirão, que é diretor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), disse que o conselho pode auxiliar na realização do cadastro das atividades de acesso à biodiversidade.

O novo marco legal prevê a simplificação do processo com a implantação de cadastro eletrônico a ser preenchido pelo pesquisador, com exigência de consentimento prévio apenas para pedido de investigação sobre prática de uma comunidade tradicional.

Para Gaetani, esse cadastro possibilitará a rastreabilidade necessária para que se tenha um ambiente de confiança e se garanta a repartição de benefícios aos detentores do conhecimento tradicional.

Entidades que representam grupos tradicionais, como os indígenas, no entanto, reclamam da forma como estão sendo tratados no projeto. Conforme apontaram os senadores



Otto Alencar (C) preside audiência ao lado da ministra da Igualdade Racial, Nilma Lino, e representantes de ministérios

Telmário Mota (PDT-RR), João Capiberibe (PSB-AP) e Randalfe Rodrigues (PSOL-AP), o termo “populações indígenas”, incluído no projeto quando da tramitação na Câmara, deve voltar a ser “povos indígenas”, como no projeto original, por englobar o sentido de identidade cultural e identidade étnica.

— Trocaram povo por população. População é um aglomerado, enquanto povo tem a língua, sua terra, a cultura — observou Telmário.

Situação semelhante foi apresentada pela ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Nilma Lino, que defendeu a inclusão da palavra “quilombola” no texto, conforme emenda do senador Paulo Rocha (PT-PA).

— Essa invisibilidade não é por acaso. Muitas vezes ela é ativamente produzida — disse. No debate, Marco Aurélio Pavarino, assessor do ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, defendeu a substituição do conceito de agricultor tradicional, previsto no projeto de lei, pelo conceito de agricultor familiar, adotado no país desde a publicação da Lei 11.326/2006 e que, desde então, norteia as políticas públicas para o setor.

Pavarino também se preocupou com a isenção, prevista no projeto, para produtos comer-

### Principais críticas à proposta

- CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**  
Entidades ambientalistas consideram insuficientes os mecanismos de controle e fiscalização do acesso à biodiversidade brasileira. Criticam, por exemplo, a possibilidade de acesso ao patrimônio genético por empresas estrangeiras sem vinculação com instituições nacionais.
- PARTICIPAÇÃO**  
Povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares se dizem excluídos do processo de elaboração da nova lei. Afirmando que o projeto é voltado a interesses dos setores farmacêutico, de cosméticos e do agronegócio.
- SEMENTES CRIOULAS**  
O texto dispensa de consentimento prévio as pesquisas agrícolas que envolvam acesso a patrimônio genético e conhecimento tradicional, isentando ainda repartição de benefícios sobre seu produto final. Esse é o caso de sementes crioulas, mantidas por pequenos agricultores e comunidades tradicionais, que deixarão de receber compensação.
- REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS**  
Povos indígenas e tradicionais também se sentem prejudicados pela restrição de partilha de benefícios apenas a produtos nos quais o patrimônio genético ou conhecimento tradicional for considerado elemento principal de agregação de valor.
- ISENÇÕES E PERDÃO DE MULTAS**  
Também têm sido criticadas a dispensa de repartição de benefícios gerados pelo acesso ao patrimônio genético realizado antes de junho de 2000, a suspensão de sanções administrativas e a redução de até 90% das multas por uso não autorizado de patrimônio genético e conhecimento associado.
- TETO OU PISO**  
Entidades que representam povos e comunidades tradicionais criticam o fato de o projeto prever teto — e não piso — a título de compensação financeira, de até 1% da receita líquida anual obtida com a venda do produto que se utiliza de patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado.

cializados hoje que acessaram patrimônio genético antes de junho de 2000, data da edição da primeira medida provisória que regulamentou o acesso à biodiversidade brasileira. Conforme alertou, essa medida poderá prejudicar muitas comunidades tradicionais, que deixarão de receber compen-

sação pelo conhecimento que disponibilizaram à indústria.

## Protocolo

O representante do Ministério da Defesa, Paulo Cezar Brandão, lembra que o PLC 2/2015 permitirá ao Brasil ratificar o Protocolo de Nagoia, que entrou em vigor em 2014 e regulamenta o acesso aos recursos genéticos e o compartilhamento de benefícios da biodiversidade.

O senador Omar Aziz (PSD-AM) elogiou a mobilização dos ministérios na discussão do assunto, mas cobrou empenho do governo para alavancar as pesquisas do Centro de Biotecnologia da Amazônia. Segundo ele, o país pouco sabe sobre inúmeras plantas medicinais vendidas nos mercados de cidades da Região Norte.

— Não há desenvolvimento da Amazônia se não há conhecimento sobre a Amazônia. Até hoje o Brasil não consegue fazer o dever de casa — disse.

## Novo encontro é marcado para debater divergências

O debate sobre o novo Marco Legal da Biodiversidade prossegue hoje, às 8h, com nova audiência pública conjunta da CMA, CCT e CRA. Entre os convidados, estão representantes de entidades como Embrapa, Funai e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), entre outras. As comissões decidiram marcar para a próxima terça-feira, às 9h, mais um encontro para discutir a proposta.

João Capiberibe (PSB-AP) chegou a sugerir a retirada da

urgência do projeto porque, segundo ele, não houve consenso entre os vários ministérios presentes e é preciso ouvir com calma os representantes das comunidades indígenas.

Jorge Viana (PT-AC) se manifestou contra a retirada da urgência. Ele afirmou que há 20 anos o Senado tem a oportunidade de debater essa matéria e não o faz.

— Sabe quem tem sido a maior vítima neste período em que a gente não consegue fazer minimamente o neces-

sário? Nós que vivemos na Amazônia! — afirmou.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu emenda de autoria dela que condiciona o acesso ao patrimônio genético brasileiro por empresa estrangeira à associação desta a uma instituição nacional, pública ou privada.

— Considero fundamental termos um ente nacional envolvido com entes estrangeiros e creio que devemos, aqui no Senado, garantir o que não foi possível na Câmara, pondo

esse item na lei — defendeu.

Jorge Viana ainda sugeriu um compromisso do Ministério do Meio Ambiente em conduzir a discussão, com as comunidades indígenas e quilombolas, sobre 25 artigos do projeto que estariam sujeitos à regulamentação infralegal.

— Se nós tivermos isso, nós passamos a ter elementos de assumirmos aqui no Senado, com as populações, que a regulamentação seja precedida de audiências públicas — disse o senador.